

O mercado do leite e agricultores: a qualidade em questão

Marcia da Silva Mazon¹

Resumo

Questionando a ideia da qualidade como elemento neutro, o artigo analisa aspectos da construção do mercado de leite no Brasil destacando a disputa entre diferentes atores. Abordamos o processo de globalização, a chegada das multinacionais ao país, tão bem como as disputas em torno da qualidade.

Palavras-chave: Estado. Mercado. Leite. Agricultores familiares. Padrões de qualidade e segurança.

I Introdução

Questionando a ideia da qualidade como elemento neutro o artigo analisa aspectos da construção do mercado de leite no Brasil destacando a disputa entre diferentes atores. Abordamos o processo de globalização, a chegada das multinacionais ao país, tão bem como as disputas em torno da qualidade.

O referencial teórico desta análise é inspirado por Durkheim e Weber, autores retomados por Bourdieu, Fligstein e Zelizer. Estes autores enfatizam aspectos culturais conformadores dos mercados. As instituições econômicas são socialmente constituídas; não podem ser analisadas sem o apelo à história e seu contexto. Weber sugere as sociedades modernas baseadas na troca mercantil como o local da troca pacífica; das regras estáveis propiciadas pelo direito econômico (WEBER, 1972/2004). Bourdieu avança esta proposta mostrando que aquilo que se considera paz, o que se considera justo, muda conforme diferentes ambientes cognitivos (BOURDIEU, 1982/2008).

Bourdieu (2000) observa, entre outros, o mercado de casas próprias na França. Ele não existia como ‘preferência dada’ de aquisição já que as habitações

¹ Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC. Coordenadora do NUSEC – Núcleo de Sociologia Econômica. E-mail: marcia.mazon@ufsc.br

eram alugadas por um valor baixo e subvencionadas pelo Estado francês. Segundo o autor este mercado emerge como resultado da atuação estatal na oferta e na demanda (fazendo apelo aos aspectos simbólicos da casa como lar, previdência na velhice e futuro dos filhos) e pelo momento particular na França em que o Estado passa a ser preenchido por técnicos da área econômica os quais contribuíram ao performar uma nova preferência. Assim como outros mercados este se tratou de um arbitrário cultural. O autor destaca aqui como o Estado ao se construir constrói diferentes mercados².

A mesma ideia aparece nas investigações de Viviana Zelizer. Analisando os aspectos de mercabilidade³ de determinados bens a autora mostra como o seguro de vida passa da lógica da dádiva para a via do mercado. Esta autora observa também as mudanças no mercado de adoção de bebês no sentido de uma inversão de significados dos adotados dentro das famílias, o que implica em mudanças na sua circulação nos mercados.

Situamos o momento do Estado brasileiro interventor, quando a ação estatal animou a ideia do leite como parte da dieta e o ponto de passagem para o neoliberalismo momento da atuação dos supermercados na era da concentração nos canais de distribuição. A partir dos anos de 1990, no Brasil surgem os reguladores privados; tanto processadores como distribuidores (supermercados) multinacionais chegam ao país pela via dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE). Este processo é identificado por analistas do setor como algo inexorável e relacionado a um movimento de globalização (REARDON; BERDEGUÉ, 2002). O leite se transforma em uma *commodity* acompanhando um processo de especialização (UHT e envasilhamento em embalagem longa vida) com rápida consolidação e concentração do setor.

O país se aproxima do conflito cultural pelo qual passam as sociedades capitalistas atuais estimuladas a adotar o neoliberalismo pelo estabelecimento de novas convenções cognitivas e os embates no sentido de alterar seus contornos. Conforme Grun (2007) não é possível reduzi-las às disputas políticas explícitas – modo como comumente analistas interpretam os conflitos da

2 O papel do Estado no mercado é destacado por Weber (1972/2004) e Durkheim (1983) e retomado pela teoria sociológica contemporânea (RAUD-MATTEDI, 2005; BOURDIEU, 2000, 1997/2005).

3 Weber afirma a importância das normas sociais ou costume como fonte de regularidade na vida social. Uma norma considerada vigente e o que a garante é a repressão do comportamento discordante (WEBER, 2004, p. 20).

sociedade. Novos arranjos de atores, interesses, motivações se constroem e se desfazem produzindo coalizões – nem sempre visíveis – o que contribui para sua naturalização. Para o exercício da desnaturalização sugerimos acompanhar o mercado lácteo no Brasil, atores e ações legitimados e legitimadores deste processo.

Argumentamos que o caso brasileiro mostra a singularidade do processo de acomodação cultural do mercado lácteo ao mesmo tempo em que contribui no questionamento da ideia de qualidade como algo neutro (SILVA-MAZON, 2009). Interessa-nos explorar o papel de instituições preexistentes na criação de novos arranjos. Seguindo as tendências do mercado de frutas, legumes e verduras (FLV), no Brasil e em outros países, nas décadas de 1980 e de 1990 houve uma reversão de tendências no setor alimentar acompanhando mudanças ocorridas no mercado europeu e norte-americano. Houve um questionamento da eficiência da esfera pública e o mercado apontado como solução para os problemas do momento (idem). A ampliação da coleta a granel de leite refrigerado, exclusão de produtores e ampliação geográfica da produção são características deste período.

Na primeira seção do artigo analisamos o ambiente cognitivo no qual o Estado assumiu um papel interventor e o leite participava da cruzada contra a fome. Na segunda seção acompanhamos o histórico da construção do processo de liberalização e a entrada dos IDE que trazem consigo empresas multinacionais do setor de processamento e distribuição além de novos significados e novos produtos derivados do leite no Brasil. Na última seção situamos os padrões de segurança e qualidade e seu contorno específico no mercado brasileiro. A partir do acontecimento do chamado ‘escândalo do leite’ é possível constatar – seguindo a ideia weberiana do mercado como campo de lutas – como os discursos em torno da qualidade expressam disputas, relações de poder.

2 O leite para os famintos e a ação estatal

A produção e a distribuição do leite experimentaram, por várias décadas, um forte intervencionismo estatal. Entre 1945 e 1991, a coordenação do mercado de leite ficava a cargo do Estado. Os preços praticados eram determinados a partir dos custos da produção vigentes nas diferentes regiões e, igualmente, pela pressão exercida através de associações do setor. Além do preço da matéria-prima, os preços pagos pelo consumidor final eram estabelecidos pelo

Estado, numa prática conhecida como ‘tabelamento’. A referência dos preços era o valor atribuído ao leite C (CARVALHO, 2005).

No Brasil, o início do tabelamento de preços para o leite e a posição interventora do Estado, guarda certa coincidência de datas com as atividades políticas e científicas de um nome para sempre associado ao problema da fome: Josué de Castro. Há um encontro de ideias entre o que é defendido por Castro e a postura estatal do período. Castro é o defensor de bases biológicas e sociais (com indicadores de nutrição) como fonte de cálculos para as potencialidades nacionais: a baixa produtividade do faminto geraria baixa produtividade para o país. No lugar do paradigma racial-climático proposto por Euclides da Cunha e Oliveira Viana para explicar os defeitos do Brasil ele propõe pensar a má alimentação: “a baixa vitalidade do brasileiro seria um mal de fome e não de raça”, os salários miseráveis seriam insuficientes para o consumo alimentar (BIZZO, 2008, p. 2).

Josué de Castro traz para sua análise um ponto de vista sociológico ao afirmar que a fome é um mal coletivo e não individual; existiria um ciclo vicioso entre subnutrição e subdesenvolvimento, a fome seria uma herança do passado histórico do Brasil e pela *falha do elemento colonizador*⁴ (BIZZO, 2008, p. 7). Ele chama à causa o Estado Nacional e aponta como o mal a explicar a fome, a fraqueza estatal: o brasileiro teria sido abandonado pelo Estado.

Como indicadores da recepção positiva das ideias de Castro no Brasil estão a criação e direção sob sua responsabilidade de diversos órgãos nacionais no período da modernização do Estado: em 1939, o Serviço de Alimentação da Previdência Social, Serviço Técnico de Alimentação Nacional, Instituto de Tecnologia Alimentar, Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB). A Comissão Nacional de Alimentação (CNA) foi por ele dirigida de 1945 a 1954 (BIZZO, 2008, p. 10). Castro também atuou como vice-presidente da Comissão Nacional de Política Agrícola da era Vargas e criou um periódico “Arquivos Brasileiros de Nutrição”. Ele também atuou na política sendo eleito e reeleito deputado federal em Pernambuco.

4 Castro acompanha uma geração de sociólogos brasileiros que questiona a visão naturalista dos velhos intérpretes como Oliveira Viana, Euclides da Cunha e Silvio Romero. A publicação de *a Geografia da Fome*, 1945, é antecedida por *Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda* (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Junior.

Décadas depois e ainda na vigência do tabelamento destaca-se a primeira experiência brasileira em grande escala de distribuição de cupons alimentares no Brasil: o Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes (PNLCC). O programa foi criado em 1986 durante o governo Sarney e vinculado diretamente à Presidência da República à frente do controle da oferta e do sistema de distribuição (BELIK et al., 2001). Os cupons, conhecidos como ‘tíquetes do Sarney’, eram distribuídos às famílias com renda mensal máxima de dois salários mínimos (previamente cadastradas em entidades de base) na proporção de um litro de leite para cada criança (idem, 2001).

Embora não haja informações sobre o custo desse programa e os resultados obtidos em relação à meta (10 milhões de crianças), observa-se um aumento significativo na produção de leite no país (da ordem de 20% entre 1986 e 1990) e o crescimento no consumo *per capita* de 94 litros/ano para 109 litros/ano no período. Como observam Belik et al. (2001), trata-se da primeira experiência de compra pública de gêneros alimentícios realizada diretamente na rede comercial constituída. Os programas de distribuição de leite representavam, ao final da década de 1990, a compra de aproximadamente 30% do leite C produzido no Brasil.

3 O leite como parte da dieta: atores e as mudanças nos anos 1990

A partir da década de 1970 do século XX inicia-se um movimento de consumo de bebidas açucaradas como os refrigerantes e sucos naturais/artificiais tão bem como a extensão e segmentação do consumo de leite (WOLF et al., 2008). Antes da pasteurização, o consumo do leite poderia transmitir doenças como cólera, pólio, anthrax, tuberculose bovina e butolismo. Por volta dos anos 30 do século XX a maior parte do volume de leite vendido no Reino Unido e EUA já era pasteurizado. Outra mudança tecnológica importante no final do século XIX foi o acondicionamento em litros. A escassez alimentar durante a Primeira Guerra Mundial ajudou a impulsionar o uso da embalagem cartonada a qual, junto com os jarros plásticos, tornam-se populares até os dias de hoje (WOLF et al, 2008).

No período 1988/1990, o Estado era o principal demandante do leite fluido. Com relação ao mercado interno, o leite era comercializado por pequenos estabelecimentos comerciais como padarias, mercearias, armazéns, entre

outros (TESTA, 2008). Apenas uma pequena parcela era vendida nos supermercados. No que toca às importações, no período de intervenção estatal, elas eram realizadas por organismos estatais e ocorriam na entressafra como elemento regulador do mercado (CARVALHO, 2005).

Quando o leite fundamenta-se como solução para a fome é que se inicia a construção dele primeiro como parte da dieta do brasileiro e em segundo a possibilidade de consumo de suas derivações tais como o leite em pó. Ocorrido no início do governo do presidente Fernando Collor, o fim do controle estatal sobre os preços abriu espaço para a concorrência entre empresas privadas desde produtores até distribuidores finais, com destaque para os supermercados (JANK et al., 1999, p. 71). Os atacadistas até então limitados ao leite em pó, também passam a comercializar o leite UHT. Na aquisição de matéria-prima, as empresas passaram a disputar produtores para melhorar o custo e a qualidade do produto (TESTA, 2008).

A partir de 1991, as importações passam à iniciativa privada, a qual usa a importação como diferencial de preço e em alguns momentos configurando uma concorrência predatória. Igualmente, a formação do Mercosul deixa alguns dos estados brasileiros como o Rio Grande do Sul em situação vulnerável (dada a proximidade física de Uruguai e Paraguai com este estado e o leite mais competitivo destes países) (CARVALHO, 2005).

Num processo que se inicia na segunda metade da década de 1990 e a partir da constituição da Organização Mundial do Comércio (OMC) intensificam-se as mudanças no intercâmbio de inovações tecnológicas, igualmente instala-se o processamento alimentar em escala global, técnicas de marketing e distribuição alimentar associadas ao processo de ocidentalização das dietas mundiais junto com uma expansão do mercado de mídias globais. Durante este período as agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a maioria dos países avançados promoveram o livre comércio como panaceia para os problemas dos países em vias de desenvolvimento (POPKIN, 2006). A rápida consolidação e multinacionalização do setor supermercadista atinge diretamente a distribuição do leite.

Acompanhando esta tendência, na venda de produtos finais no Brasil houve um aumento de segmentação no mercado consumidor com novas linhas de produtos e diferenciação de empresas e marcas por meio de vultosas

campanhas promocionais, o alvo é o leite longa vida. Na década de 1980 já existiam empresas multinacionais no setor de laticínios, porém, elas conviviam com empresas nacionais de caráter regional: cooperativas voltadas para o mercado local, cooperativas de segundo grau (constituídas por grupos de cooperativas) e pequenos laticínios clandestinos, estes últimos sem inspeção sanitária (CARVALHO, 2005).

As entidades patronais não estavam satisfeitas com os hábitos dos consumidores brasileiros. Segundo elas a principal característica do consumo brasileiro de leite seria a baixa exigência de qualidade – aqui entendida como homogeneidade – e a importância do preço baixo, o que explicaria o rápido crescimento da venda do leite longa vida na década de 1990. A produção brasileira de leite nesta década cresceu cerca de 40%, passando de 14.484 para 20.090 bilhões de litros. O Brasil passa de 3,1% da produção mundial em 1990 para 5,5% em 1999 (SANTANA, 2003).

4 Novos estilos de vida, novos padrões na dieta

Estes consumidores de péssimos hábitos e pouca disciplina estavam prestes a adentrar numa nova era da qualidade alimentar. A mundialização dos mercados trouxe mudanças de hábitos para os consumidores/trabalhadores. Transformações no mercado de trabalho criavam uma demanda de consumidores (as) urbanos (as) que, empregados, motorizados e com renda *per capita* superior, necessitavam de refrigeradores abastecidos mensal ou semanalmente com produtos prontos para o consumo e com prazo de validade alongado (POPKIN, 2006). Nada se compara em termos de diversidade alimentar ao número de itens que os consumidores têm à sua disposição nas últimas duas décadas. A estrutura da dieta no mundo está em transformação. Houve uma passagem de um padrão baseado em produtos *in natura* (grãos, legumes e verduras) para alimentos processados e baseados em proteína animal⁵ (POPKIN, 2006). Os progressos da indústria alimentar com relação às técnicas de conservação, de acondicionamento, de transporte são significativos (POULAIN, 2006). Estas mudanças dizem respeito igualmente ao mercado lácteo: em primeiro lugar o processo de envasamento UHT – o leite em

⁵ Esta transição nutricional se faz com prejuízos: ela está associada à emergência da obesidade epidêmica em vários países (POPKIN, 2006).

‘caixinha’ e no momento seguinte os derivados. As tendências mostram um aumento do consumo de sólidos do leite (com maior teor de proteína e gordura) em relação ao leite fluido (BOUAMRA-MACHEMACHE et al., 2008). A introdução do leite UHT Tetrapak⁶ (*ultra high temperature treated* – leite empacotado a vácuo, estocável por longo período) na década de 1980 trouxe a segunda onda de mudanças no setor a qual transformou o consumo e a produção de laticínios em apenas uma década (REARDON; BERDEGUÉ, 2002, p. 383). O segmento mais afetado foi o leite fluido com a crescente substituição do leite pasteurizado pelo esterilizado; principalmente o leite C tradicionalmente vendido em sacos plásticos. Esta inovação tecnológica permite que o leite tenha o seu prazo de validade ampliado das antigas 48 horas do leite de ‘saquinho’ para os quatro meses do leite de ‘caixinha’⁷.

Acompanhando as mudanças no mercado lácteo na década de 1990 surge uma preocupação com a qualidade. O tema rondava o mercado do leite havia algum tempo e as mudanças trazidas teriam sido obras do setor privado. Segundo analistas do setor (REARDON et al., 2003), os padrões públicos de qualidade não se ajustaram de maneira adequada ou rápida o suficiente para a necessidade dos grandes processadores. Estes últimos impuseram padrões privados ao leite longa vida tanto no Brasil como na Argentina. Somado a isto, novos produtos de alta qualidade foram introduzidos: iogurtes, leite fluido com vários sabores e teor de gordura, contendo cálcio e vitamina (REARDON; BERDEGUÉ, 2002; DIRVEN, 2001). Houve uma rápida consolidação e multinacionalização do setor de processamento do leite longa vida e da rede supermercadista como grande distribuidora deste produto nos países em desenvolvimento; a entrada dos Investimentos Diretos Estrangeiros - IDE e a inovação tecnológica introduzida no período, marcam um novo momento na produção e distribuição láctea (CARVALHO, 2010; REARDON et al., 2004).

6 Destaca-se o monopólio mundial da empresa Tetrapak produtora das embalagens cartonadas UHT.

7 Embora o custo da embalagem seja superior, os custos de transporte são menores, considerando-se a dispensa de refrigeração e mais baixos custos de distribuição em relação ao tipo C, este último deve ser entregue diariamente em pequenas quantidades. No setor de leite fluido, o mercado do leite longa vida, o qual participava com 9,6% do leite fluido em 1992 representa em 2006 75,8 % deste setor (contra 24,2% dos leites A, B e principalmente o C) vendido internamente no mercado brasileiro (ABLV, 2008). Essa substituição permitiu reduzir as fronteiras internas para a venda de leite e as grandes empresas passaram a ofertar leite fluido nacionalmente, o que não era possível em se tratando de um produto de alta perecibilidade como o leite pasteurizado (CARVALHO, 2010).

Jank et al. (1999, p. 13) observam a década de 1990 como marcada por uma legislação sanitária desatualizada e pela ineficácia do sistema de fiscalização do leite (leia-se atuação do Estado). Este cenário estaria dando espaço para índices questionáveis de qualidade e produtividade da matéria-prima do leite. Segundo estes autores também consultores do setor patronal este fenômeno estaria ligado a um mercado informal de pequenos produtores respondendo por cerca de 30% da renda bruta do setor e 44% do volume vendido no país (idem).

Este quadro estaria prestes a ser alterado graças ao sistema de coleta a granel do leite refrigerado; uma iniciativa do setor privado. O procedimento reduziria o custo de transporte e de refrigeração do leite. Outra mudança importante, agora por parte do poder público, seria o delineamento das diretrizes de um Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite - PNQL – implementado em 2005 – aprimorando a legislação e o aparato de inspeção. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA criava o PNQL amparado legalmente pela Instrução Normativa no. 51/2002. Um intenso processo de especialização da produção parecia ter sido a principal marca da pecuária leiteira no Brasil como consequência da preocupação com a qualidade do produto (CNA, 2008).

Os produtores do discurso de então no setor alimentar como a Leite Brasil, Associação Brasileira do Agribusiness - ABAG, o grupo Pensa da Universidade de São Paulo - USP (o qual teve uma atuação próxima de um *think tank*⁸ brasileiro) anunciavam um movimento em prol da qualidade durante a década de 1990 no Brasil considerado como processo inexorável que traria como consequência a exclusão de pequenos produtores. A baixa qualidade do leite estaria, segundo esta visão, inextricavelmente associada aos pequenos agricultores, os quais estariam prestes a deixar o mercado junto com a qualidade ruim do produto que disponibilizavam no mercado.

8 Os think tanks são instituições presentes no processo de formulação de políticas públicas nos Estados Unidos e na Inglaterra desde os anos de 1940 (DENHAM, 1996 apud GROS, 2004). Esses institutos de pesquisa produzem conhecimento sobre os temas sujeitos à regulamentação pública e formulam, sobretudo, projetos de políticas públicas inspirados pelo neoliberalismo. Em geral, são institutos privados de pesquisa podendo surgir no contexto público. Divulgam o resultado das pesquisas em livros, periódicos e publicações em geral e estão ligados aos meios de comunicação (SILVEIRA, 2011). No Brasil destaque para a criação dos Institutos liberais liderados por empresários na década de 1980 durante o período de redemocratização (GROS, 2004).

5 Qualidade na distribuição, cegueira na produção: homogeneidade x heterogeneidade

Com relação aos padrões de segurança e qualidade Fligstein e Mara-Drita (1996) mostram como a construção cultural do Mercado Comum Europeu (MCE) estabeleceu o ambiente favorável à ideia de que a troca entre os países-membro do bloco poderia ter como base os padrões de segurança e qualidade dos produtos e serviços mesmo que isto não tocasse no processo de produção de cada país. Este recurso serviu como base de referência para a criação dos padrões de qualidade e segurança alimentar (*grades and standards*) os quais legitimaram a circulação de alimentos a partir da constituição da OMC (HOLLERAN et al., 1999). Quando o Brasil se torna signatário da OMC uma das primeiras medidas foi a de abertura do capital nacional às empresas estrangeiras através do movimento dos Investimentos Diretos Estrangeiros – IDE.

Os padrões de qualidade, que serviram inicialmente para homogeneização e *standardização* do mercado, transformam-se em diferenciadores de produtos na fase da segmentação (REARDON et al., 2004). O exemplo da Parmalat empresa multinacional a qual investiu pesadamente no marketing corporativo global. Esta empresa até a década de 1990 não figurava entre as 10 maiores empresas do setor no Brasil. Houve um trabalho de vinculação da marca com o esporte, no caso mais específico do futebol brasileiro com campanhas publicitárias de cunho institucional para estimular o consumo de leite. Outra estratégia foi a campanha publicitária ‘mamíferos’, com a criação de bichos de pelúcia com a marca Parmalat, os quais podiam ser trocados por um valor em dinheiro mais caixas de leite longa vida. Como indicador do grau de aproximação da empresa com seu público consumidor a empresa atinge o topo de vendas de bichos de pelúcia, ultrapassando fabricantes tradicionais. As cifras são da ordem de 40 milhões de dólares entre 1996 e 1998, liderando este tipo de investimento no segmento laticínios. O Brasil respondeu por 60% do faturamento da Parmalat na América Latina (CARVALHO, 2005, p. 12).

Segundo analistas ligados ao grupo Pensa a legislação ultrapassada teria permitido que sistemas heterogêneos (rebanhos especializados e pequenos agricultores com baixa qualidade e alta sazonalidade) convivessem e dividissem o mercado. As multinacionais que utilizam sistemas modernos de certificação *on line* do produto (atendendo inclusive às exigências da ISO) conviveriam

com ‘queijarias artesanais’ as quais estariam operando com matéria prima e produto final não inspecionado (JANK et al., 1999, p. 67). Observa-se que o discurso passa a ser construído opondo heterogeneidade à homogeneidade: a heterogeneidade é homóloga da ameaça de ausência de qualidade e ao pequeno, pouco tecnificado e a homogeneidade faz referência ao grande produtor, processador e ao investimento no avanço, no ‘moderno’.

Além de funcionar próximo de um *think thank* dos processos de privatização o grupo Pensa forneceu atores para o procedimento legal dos movimentos de fusão e aquisição no país. Elizabeth Farina – economista da USP e coordenadora do grupo no momento – passou a exercer o cargo de diretora do Conselho de Administração de Defesa da Concorrência (CADE) ligado ao Ministério da Justiça no período 2004-2008, quando o processo de privatizações no setor alimentar terá um impulso⁹.

A mudança tecnológica mais importante do momento é a ampliação do processo de coleta a granel do leite refrigerado. Empresas que investiram neste processo: Parmalat, Nestlé, Elegê, Fleishmann & Royal, Itambé. Com o surgimento da pasteurização generalizada os processadores introduzem padrões privados de qualidade do leite. Este processo se iniciou numa primeira onda de mudanças de produtos laticínios junto com o processo de concentração no setor produtivo. Os novos padrões de qualidade propostos pela Instrução Normativa 51 no tocante à segurança do leite exigiam investimento em ordenha mecânica, tanques de resfriamento, tecnologia de novos alimentos para o gado leiteiro e a genética animal. Muitos produtores de leite, por sua limitação em promover estes investimentos, foram excluídos ou então empurrados para zonas menos lucrativas e menos reguladas do mercado informal (REARDON; BERDEGUÉ, 2002, p. 383).

Para o consumidor aumenta o comportamento de estocagem do leite dado o prazo ampliado de validade. Há uma forte competição por preços e disputa por espaço nas gôndolas (WILKINSON, 2004) e a tendência de introdução de marcas próprias dos varejistas pressionando a indústria de laticínios. A negociação com supermercados é baseada no alto volume de vendas

9 Farina foi considerada como um dos nomes mais requisitados entre consultores no Brasil quando o assunto era defender empresas perante os órgãos do governo de defesa da concorrência (ISTO É DINHEIRO, 2008).

e em reduzidas margens de comercialização¹⁰ (JANK et al., 1999, p. 70). Esta tendência ao mesmo tempo constrói e é construída pela oferta de leite longa vida e derivados; assunto que nos remete à próxima seção.

Dubuisson-Quellier (2003), em análise da cadeia de produtos frescos, mostra como mudanças na legislação francesa foram mobilizadas por distribuidores poderosos a seu favor. Um produto heterogêneo no seu ponto de origem chega à ponta da cadeia sinalizado pelo distribuidor como homogêneo escapando as características de sua região de produção, sazonalidade. No sentido inverso, Garcia-Parpet (2003) mostra como o mercado de morangos de mesa sofreu uma conversão de valores a partir da organização de agricultores que passam a impor exigências à cadeia de distribuição e conquistam um selo de qualidade para o morango de sua região como forma de valorização do produto e do produtor. É inquestionável que para o caso do leite a homogeneização está em processo e que a qualidade visível se limita à qualidade sanitária e quanto mais as empresas se aproximam dos produtores mais esta ação se faz no sentido de aproximar os processos produtivos como o discurso que justifica uma possível qualidade sanitária ‘homogênea’. As regiões de produção crescentemente são reduzidas ao papel de fornecedoras da matéria-prima/leite fluido e os processos de produção de queijos artesanais se perdem em favor de produto final ‘seguro e sadio’ a cargo dos processadores como analisado a seguir.

6 Leite e o valor acionista: o movimento de financeirização

Fligstein situa o movimento da financeirização como um campo cognitivo formado a partir das reformas liberalizantes da década de 1980. No Brasil este movimento se inicia a partir da década de 1990. Momento em que nem empresas nem o mercado são confiáveis apenas o acionista acompanhando o valor de suas ações no mercado (GRUN, 2003). O apelo desta mudança é robusto já que faz menção à participação cívica no enquadramento da

¹⁰ *A cadeia do leite tem uma exigência de complexidade ímpar. Desde a produção primária, onde o produtor adquire insumos oriundos de inúmeras outras indústrias. O processo de produção, igualmente, demanda conhecimentos em diferentes áreas das ciências. No elo da indústria de transformação (o qual inclui a aquisição de matéria-prima) está a fabricação de inúmeros derivados, negociação com a rede varejista, distribuição dos produtos, etc. Há uma demanda por novos produtos o que inclui cerca de 90 componentes e 70 derivados no setor (CARVALHO, 2010).*

governança corporativa: todos são transformados em acionistas¹¹. As empresas as quais participam dos processos de fusões e aquisições não escapam da lógica da financeirização.

No setor lácteo a chegada do mercado de ações se faz *pari passu* ao processo de transformação e inovação do setor. A concentração da indústria de laticínios teve como ator principal a multinacional italiana Parmalat, seguida pela Nestlé. A empresa adquiriu no período de 1989 a 1999 22 plantas industriais, todas de capital nacional e com atuação regionalizada (CARVALHO, 2005).

Em 2011 as quatro maiores empresas somam quase 75% do mercado: DPA (Nestlé), RBL (denominação da Parmalat e marcas: Poços de Caldas, Boa Nata, Líder, Leite Bom, Cedrense), Itambé e Italac (LEITE BRASIL, 2012) no mercado são a DPA¹².

7 O leite e a qualidade

Destacamos, nesta sessão, de maneira particular o campo cognitivo no qual se constrói a ideia de qualidade. É possível observar, pela análise do escândalo do leite, uma cegueira cognitiva – no sentido dado Douglas (2005) – no setor alimentar no Brasil apresentando alguns elementos do clima cultural do momento da transição democrática que culminaram com a ‘condenação’ da intervenção estatal: uma cegueira que produziu o descarte das evidências dos possíveis prejuízos trazidos pelo desmonte do sistema público. Por outro lado o mesmo clima cultural foi apropriado para o impulso da iniciativa privada capitaneada pelos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) (GRUN, 2005).

Seguindo a análise proposta por Grün (2005) para a crise energética no Brasil, observa-se no período um clima favorável a não intervenção estatal e de entendimento do mercado como mecanismo espontâneo. Mary Douglas (2007), com base nas reflexões de Fleck e Durkheim, sustenta que enunciados aceitos tão bem como riscos percebidos são difundidos na comunidade (para Durkheim o grupo religioso, para Fleck a comunidade médica e científica)

11 Grün mostra como uma das facetas do processo de financeirização no Brasil a emergência da governança corporativa cujos pilares são a transparência contábil e a participação do pequeno acionista como uma feição democratizante (GRUN, 2003). A empresa é dos acionistas e os outros atores que por ela circulam devem ser subordinados aos primeiros (GRUN, 2007, p. 392).

12 A Parmalat adquiriu a marca Poços de Caldas e Paulista em 2008 da Danone Brasil (ESTADÃO, 2008).

através de coletividades de pensamento, dotadas de uma dinâmica social: são aceitos os enunciados em consonância com os princípios de estruturação dos grupos e confirmadores das relações de pertencimento entre seus membros, sendo rejeitados os princípios que questionam os primeiros.

Sugerimos, para esta análise, dois aspectos da qualidade os quais podem ser colocados em questão para explicar o escândalo do leite de 2006. O primeiro é a qualidade percebida ou ainda a qualidade construída no processo de concentração e consolidação das multinacionais.

O segundo aspecto é aquele que ficou secundado pelo desmonte do sistema público e que ficou esquecido, até que as falhas na fiscalização mostraram o ônus da distribuição do leite livre para ser comercializado e 'distante' da vigilância pública.

Na operação Ouro Branco a Polícia Federal revelou um procedimento que se arrastava havia dois anos envolvendo a mistura de soda cáustica com o leite, entre outros, do aumento do volume de leite. O evento expôs o nome das maiores empresas processadoras multinacionais do setor. Na ocasião 27 pessoas foram presas suspeitas de misturar substâncias como água oxigenada, soda cáustica e citrato de sódio ao leite. O intuito era disfarçar as más condições, aumentar o prazo de conservação e o volume do produto¹³.

Uma das constatações foi a de que um terço do leite consumido no Brasil não passava por fiscalização¹⁴ (FOLHA, 2007c; VALOR, 2007). A Procuradoria da República em Minas Gerais instaurou um inquérito civil público para investigar as falhas na fiscalização do leite no país e também as possíveis fraudes em laticínios do estado. Os procuradores mobilizaram os órgãos responsáveis: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A adulteração

13 *Amostras de leite, recolhidas em supermercados de Minas Gerais, foram consideradas impróprias para o consumo. O Ministério da Agricultura proibiu a comercialização e distribuição do leite longa vida produzido em fábricas das empresas Parmalat, Casmil, Copervale e Avipal. Segundo funcionários da Copervale a mistura com soda cáustica era acrescentada ao leite havia mais de dois anos (FOLHA, 2007; 2007a; 2007b; QUERREIRO, 2007).*

14 *As empresas envolvidas no crime de 'leso a saúde pública' tiveram a distribuição e comercialização do leite longa vida suspensas pelo Ministério da Agricultura. Analistas avaliaram como efeitos possíveis da fraude tanto uma possível redução do consumo de leite no país como a imagem do produto brasileiro prejudicada no exterior (PECUÁRIA, 2007; 2007a).*

com soda cáustica permite burlar o exame de crioscopia, aplicado para verificar se o leite contém água. Misturadas à água, substâncias como a soda geram um PH que altera os resultados deste exame (FOLHA, 2007). O acontecimento mobilizou a mídia por várias semanas¹⁵.

A Leite Brasil sai em defesa dos grandes proprietários e afirma que dos 26 bilhões de litro obtidos então no país, ao menos 9 bilhões (34%) não obedeceriam à Instrução Normativa (IN) n. 51/2002 (LEITE BRASIL, 2007). As normas de inspeção incluem testes de sanidade como a contagem bacteriana, crioscopia, acidez, redutase, entre outros. Outras exigências referem-se a normas de origem: animais controlados, refrigeração na propriedade e coleta a granel (CNA, 2008). A IN também previa melhoria da fiscalização e monitoramento de requisitos mínimos da qualidade do leite, a cargo da Rede Brasileira da Qualidade do Leite (RBQL). Segundo os procuradores, estas fraudes só se tornaram possíveis por falhas no funcionamento do Sistema de Inspeção Federal, as quais a correção seria urgente sob pena do crime voltar a ser praticado (FOLHA, 2007b).

Embora o Ministério da Agricultura tenha afastado a possibilidade de falhas na fiscalização, o investimento de 12 milhões de reais anunciado ao final de 2008 para modernizar a infraestrutura dos laboratórios de análise de qualidade do leite é um indicador desta preocupação¹⁶. Cabe aqui lembrar, conforme Gros (1993, p. 136) a ambiguidade do discurso liberal dos empresários brasileiros: ele é rapidamente substituído pela exigência de maior proteção do Estado quando seus interesses estão em jogo.

8 Culpados e acusadores: atores e discursos

Conforme Bourdieu (1979/2011, p. 57) as tomadas de posição constituem oportunidade de afirmar a posição ocupada no espaço social – seja como lugar a assegurar ou distanciamento a manter. Este autor observa que nem todas as classes sociais estão preparadas ou são levadas a entrar no jogo ‘das

15 Da investigação participam Polícia Federal, ANVISA, o Ministério da Agricultura incluindo uma audiência pública no Senado a qual propõe a demissão do responsável pela inspeção no Ministério da Agricultura (VALOR, 2007).

16 O Convênio entre o Ministério da Agricultura e a Embrapa tinha como intuito a consolidação de uma Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite e o suporte à Instrução Normativa 51 (EMBRAPA, 2008)

recusas que rejeitam outras recusas' ou das 'superações que superam outras superações'. Um aspecto da divulgação feita pela mídia do escândalo do leite foi a tentativa de associar o produto contaminado aos pequenos produtores. No mesmo movimento em que se separa os grandes/bons e pequenos ruins, transfere-se o foco do problema da qualidade para as fragilidades do pequeno produtor. Embora a divulgação da Operação Ouro Branco exibisse o nome de processadoras multinacionais envolvidas no crime, a Folha de São Paulo divulgou matéria com dados fornecidos pela Associação Leite Brasil a qual informava que o problema da fiscalização referia-se particularmente aos pequenos produtores.

A Associação Brasileira dos Produtores de Leite nomeada como Leite Brasil representa os grandes produtores e firmas processadoras multinacionais. É uma entidade de classe de representação nacional, fundada em 1997 em São Paulo (LEITE BRASIL, 2007). Ela acusou (ou ainda desviou a atenção pública através da mídia acusando) os pequenos produtores os quais, devido à sonegação de impostos e pela ausência de capital para investir em equipamentos de conservação do leite, vendiam o produto a um preço e qualidade inferior. Segundo a reportagem, estes produtores não estariam respeitando as exigências da IN 51 com relação aos critérios de qualidade (FOLHA, 2007c).

As informações divulgadas pela Polícia Federal deixaram claro que a fraude ocorreu no processamento e não na captação do leite. Além disso, é importante destacar que uma parcela significativa do leite produzido no país tem origem em propriedades de agricultura familiar (58%). Interessante que nenhum jornal abriu espaço para a nota de esclarecimento da associação de agricultores familiares que tentou esclarecer a confusão entre o escândalo do leite e seus produtos. A nota circulou solitariamente pela internet. Desta maneira, além de acusar os pequenos, as empresas processadoras, após o momento de destaque na mídia, saíram ilesas e prontas a ajudar os pequenos produtores como mostra a nota da Nestlé quando da realização da parceria com a DPA: a qualidade é aquilo que esta multinacional define e pretende difundir entre organizações de pequenos produtores. Outra, não existe. Conforme Bourdieu (1979/2011, p. 93) a competência será mais exigida e a incompetência sancionada quanto maior o grau de legitimidade em determinado domínio.

O Ministério da Agricultura traz nova instrução normativa à baila para o ano de 2012. A IN de número 62 foi publicada no Diário Oficial em 30 de dezembro de 2011 e altera a IN 51 com relação às normas de produção e qualidade do leite. Ela prevê novos parâmetros para Contagem Bacteriana Total (CBT) e Contagem de Células Somáticas (CCS) conforme negociações entre governo e setor produtivo. Com a atualização, os índices de CBT e CCS que podiam na IN anterior chegar a 750 mil/ml, passam a ter como limite máximo 600 mil/ml. Interessante notar que a instrução suprime os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos leites tipos “B” e “C” (MAPA, 2012).

9 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar aspectos institucionais na constituição do mercado lácteo no Brasil. Este exercício aponta dois momentos distintos. O primeiro deles, período de intervenção estatal, o leite aparece associado às iniciativas voltadas para a solução da fome. Neste contexto em que o Estado brasileiro promove a distribuição gratuita aos carentes o leite a é legitimado como item fundamental da dieta e é assim ganha aspecto de mercabilidade.

No segundo momento, a partir dos anos 1990 e da abertura do Brasil às reformas liberalizantes, empresas processadoras e a redes varejistas multinacionais chegam ao país pela via dos IDE. Os padrões de qualidade e segurança internacionais passam a ditar as normas de circulação dos produtos alimentares e acompanhando um intenso processo de concentração de diferentes setores. O leite, antes de saquinho, circula na forma de embalagens longa vida, de caixinha e se diferencia em produtos sólidos – iogurtes, queijos, manteigas. Este processo culmina no início de 2012 com a Instrução Normativa n. 61 a qual retira as normas para os leites B e C dada à predominância da distribuição do leite longa vida.

O caso do escândalo do leite mostra como o momento passageiro de questionamento da qualidade do leite o qual poderia servir para alertar consumidores sobre a necessidade de verificação do produto consumido serviu fartamente aos atores formuladores de opinião pública/atores poderosos de esfera da produção para associar a baixa qualidade aos pequenos produtores

muito embora o evento estivesse associado à manipulação dentro de empresas processadoras.

Referências

ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos – O setor em números. Disponível em: <www.abia.org.br>. Acesso em: mar. 2011.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 1- 11, 2001.

BELIK, W. Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil (p. 131-160). In: BELIK, W. e MALUF R. (Orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas, SP: IE/ UNICAMP; RJ: CPDA, 2000.

BIZZO, M. L. G. Ação política e pensamento social em Josué de Castro. 11º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SBHC. Disponível em: CD ROM – UFF/Niterói, 2008, p. 1-17.

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. 2. ed. RJ: Graal, 1984, 191 p.

BOUAMRA-MECHEMACHE et al. Demand for dairy products in EU. **Food Policy**, v. 33, p. 644-656, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever: as condições e o limite da eficácia política. In:BOURDIEU, Pierre **Economia das trocas linguísticas**. 2. ed. SP: Edusp, 1982/2008, p. 117-126.

_____. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis: Cidade Futura, v. 6, p. 15-57, 1997/2005.

_____. **As estruturas sociais da economia**. Instituto Piaget LISBOA, 2000.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de D. Kern; G. J. F. Teixeira. 2. ed. RS: Zouk, 1979/2011. 556 p.

CARVALHO, V. R. F. “**Indústria de laticínios no Rio Grande do Sul: um panorama após o movimento de fusões e aquisições**”. [2005]. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/download>. Acesso em: 12/10/2012.

CARVALHO, G. R. A indústria de laticínios no Brasil: passado, presente e futuro. **Circular técnica 102**, 2010. Disponível em: <www.cnp.gl.embrapa.br>.

CNA. **Pecuária de leite:** melhoria da qualidade garante expansão do setor, n. 206, mar./abr. 2008. Disponível em: <www.cna.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2008.

CNPGL EMBRAPA. [2012]. **Gado de leite.** Disponível em: <www.cnppl.embrapa.br>. Acesso em: 20/12/2013.

DIRVEN, M. Dairy Clusters in Latin America in the context of Globalization. **International food and agribusiness management review**, v. 2, n. 3/4, p. 301-313, 2001.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam.** Tradução de C. E. M. Moura, 1ª reimpressão. SP: Edusp, 2007.

DUBUISSON-QUELLIER, S. Confiance e qualité des produits alimentaires: une approche par la sociologie des relations marchandes, *Sociologie du Travail*, v. 45, p. 95-112, 2003.

DURKHEIM, E. **Lições de Sociologia:** a Moral, o Direito e o Estado. SP: T. A. Queiroz e EDUSP, 1983.

EMBRAPA. **Laboratórios de qualidade do leite terão 12 milhões para modernizar sua infraestrutura.** Disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em: 01/12/2012

FLIGSTEIN, N.; MARA-DRITA, I. "HowtoMake aMarket: Reflections on the Attempt to Create a SingleMarket in the European Union". **American Journal of Sociology**, v. 102, p. 1-33, 1996.

FOLHA de São Paulo. [2007]. Soda é misturada no leite há 2 anos, dizem funcionários da Coopervale. 25 out. 2007. **Folha On Line.** Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 1/12/2008.

_____. [2007]. Ministério Público investiga falhas na fiscalização do leite, 30/10/2007. **Folha On Line.** Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 1º dez. 2008.

_____. [2007b]. Produtores de leite longa vida se dizem vítimas e propõem selo de qualidade, 02/11/2007. **Folha On Line.** Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 1/12/2008.

_____. [2007c]. Um terço do leite brasileiro não passa por fiscalização, 4/11/2007. **Folha On Line.** Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 1º dez. 2008.

_____. [2007d]. Agricultura Familiar: escolhas e desafios. **Caderno Tendências e Debates**, p. A3, 30 jul. 2007.

GARCIA-PARPET, M. F. Mundialização dos mercados e padrões de qualidade. Vinho, o modelo francês em questão. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 129- 150, 2004.

_____. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-Sologne. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, p. 5-44, 2003.

GAZETA MERCANTIL 2007. Ministro admite falhas na fiscalização do leite, 07/11/2007. **Diário do Comércio**. Acesso em: 1º dez. 2008.

GOMES, I.; CARVALHO, Jr. L. C. Gestão da produção de leite: uma proposta alternativa para os pequenos produtores da região central de Goiás. **Revista de Política Agrícola**, v. 11, n. 4/ v. 12, n. 1, p: 23-35, 2003.

GROS, D. Institutos Liberais, Neoliberalismo e Políticas Públicas na Nova República. **RBCS**, v. 19, n. 54, p. 143-160, 2004.

_____. Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República. In: DINIZ, Eli (Org.) **Empresários e modernização econômica: Brasil Anos 90**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, IDACON, 1993, 153p.

GRÜN, Roberto. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. **RBCS**, v. 18, n. 52, p. 121-143, 2003.

_____. Apagão Cognitivo: a crise energética e sua sociologia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 4, p. 891-928, 2005.

_____. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. **Mana**, v. 13, n. 2, p. 381-410, 2007.

GUERREIRO, G. Ministro afasta falhas na fiscalização, mas implanta mutirão, 29/10/2007. **Folha on line**. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em 1º dez. 2008.

HOLLERAN, E.; BREDAHL, M. E.; LOKMAN, Z. “Private Incentives for Adopting Food Safety and Quality Assurance”. *Food Policy*, v. 24, p. 669-683, 1999.

_____.; _____.; _____. **O CADE não é um circo**. Edição 371, 2008. Disponível em: <www.istoedinheiro.com.br>. Acesso em: 20/12/2013

JANK, M. S.; FARINA, E. M. Q.; GALAN, V. B. **O agribusiness do leite no Brasil**. SP: Pensa/Milkbizz, 1999.

LEITE BRASIL. Disponível em: <www.leitebrasil.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2007 e 22 ago. 2012.

MARTINS, L. Competitividade da cadeia produtiva do leite no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 13, n. 3, p. 38-51, 2005. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 20/12/2012.

NESTLÉ. [2011] Nestlé joins new partnership to improve dairy farming in Brazil. Disponível em: <http://www.nestle.com/Media/NewsAndFeatures/Pages/Brazil_dairy_partnership.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2012.

OECD/FAO (Organization for Economic Co-operation and Development - Food and Agriculture Organization of United Nations). [2012]. *The agricultural outlook database 2012-2021*. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 20/12/2013

PARMALAT. Quem somos. Disponível em: <<http://www.lbr-lacteosbrasil.com.br>>. Acesso em: 20/12/2013

PECUÁRIA. [2007]. **Fraude pode reduzir consumo de leite no país, 24/10/2007**. Disponível em: <www.pecuaria.com.br>. Acesso em: 1º dez. 2008.

_____. [2007a]. **Fraude no leite pode prejudicar imagem no exterior, 25/10/2007**. Disponível em: <www.pecuaria.com.br>. Acesso em: 1º dez. 2008.

POPKIN, Barry. **Technology, transport, globalization and the nutrition transition food policy**, *Food Policy*, v. 31, p. 554-569, 2006.

POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1ª. reimpressão, 310p, 2006.

MAPA. Instrução Normativa n. 62. Altera normas de produção de leite. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/legislacao-sobre-qualidade-do-leite-no-brasil-mayara-souza-pinto.pdf> Acesso em: 07/10/2016.

RAUD-MATTEDI, C A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *RBCS*, v. 20, n. 57, p. 127-142, 2005.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. The rapid rise of supermarkets in Latin America: challenges and opportunities for development. **Development Policy Review**, v. 20, n. 4, p. 371-388, 2002.

_____.; FARINA, E. The rise of private food quality and safety standards: illustrations from Brazil. **International food and agribusiness management review**, v. 4, p. 413-421, 2002.

_____. TIMMER C. P.; BARRETT, C.; BERDEGUÉ, J. The rise of supermarkets in Africa, Asia and Latin America. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 85, n. 5, p. 1140-1146, 2003.

_____. TIMMER, P.; BERDEGUÉ, J. The rapid rise of supermarkets in developing countries: induced organizational, institutional and technological change in Agrifood Systems. **Journal of Agricultural and Development Economics**, v. 1, n. 2, p. 168-183, 2004.

SILVA-MAZON, M. Padrões de qualidade e segurança alimentar no terreno institucional brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 4, p. 1003-1044, 2009.

SILVEIRA, L. Fabricação de ideias, produção de consenso. In: XXV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 2011. Disponível em: <www.sistemasmart.com.br/alias/arquivos/alias_GT17_Luciana_Silveira.pdf>. Acesso em 20/12/2013

SANTANA, M. A. M. Concentração industrial na agroindústria láctea nacional. In: BERGAMASCO, SMPP (Org.) **Sistemas agroalimentares: análises e perspectivas para a América Latina**. UNICAMP:Campinas, 2003, p. 69-73.

TESTA, M. V. Produção de leite, exclusão e desenvolvimento. **Agropecuária Catarinense**, v. 21, n. 1, p. 14-15, 2008.

Valor Econômico. “Fraudes no leite expõem fragilidades na fiscalização”/Sanidade. **Caderno Agronegócios**, p. B16, 8 nov. 2007.

ZELIZER, V. Human values and the market: the case of life insurance and death in 19th-century America. **American Journal of Sociology**, v. 84, p. 591-610, 1978.

_____. **Princing de priceless child: the changing social value of children**. Princeton University Press, 1985/1994.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília-DF: UNB/SP: Imprensa Oficial, 1997/2004. 1º v.

WOLF, A.; BRAY, G. A.; POPKIN, P. M. A short story of beverages and how our body treats them. **Obesity Reviews**, v. 9, p. 151- 164, 2008.**Bui**

Recebido em: 20/01/2016

Aceito em: 02/08/2016

The Market of Milk and Farmers: the quality in question

Abstract

Questioning the idea of quality as a neutral element the article analyzes aspects of the construction of the milk market in Brazil highlighting the dispute between different actors. We approached the process of globalization, the arrival of multinationals in the country as well as disputes over quality.

Keywords: State. Market. Milk. farming family. Grades and standards.